

RESENHAS E COMENTÁRIOS

GEOHISTÓRIA. A CONCEPÇÃO DE BRAUDEL

Arlene Maria Maykot Prates

No início deste século predominava, em relação aos historiadores, a concepção historiográfica herdada do século XIX, que consistia em ordenar os fatos históricos e expô-los coerentemente. Eram considerados fatos históricos aqueles acontecimentos singulares, individuais, que não se repetiam.

Essa historiografia passou por um período de crítica, durante os primeiros decênios do século XX.

A partir de 1929, Lucien Febvre e Marc Bloch criaram, na França os "Annales d'histoire économique e sociale", que transformaram em ponto de debates entre historiadores e cientistas sociais, levando a historiografia francesa a uma constante evolução, fazendo com que a concepção historiográfica tradicional, "factual", ou de fatos, viesse a desmoronar.

Fernand Braudel, historiador francês, surge, então, como um dos principais inovadores, firmando seu nome no universo cultural, sobretudo a partir de 1949, quando publicou sua obra "La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II".

Sua obra consta de três volumes dedicados respectivamente à Geohistória, à História Social e à História Tradicional, que, GEOSUL, nº 10 - Ano V - 2º semestre de 1990.

segundo o historiador francês, é necessária se pretendemos uma história não à dimensão do homem mas do indivíduo." ¹

Três grandes abstrações têm igual "status" na historiografia de Braudel: o espaço, o tempo e o homem. O espaço é analisado como uma série de sistemas ecológicos socialmente influenciados, porém, não apenas no presente, mas no passado, levando em conta o "tempo". Assim, o espaço Mediterrâneo funciona como um "conjunto de universos semiautônomos, uma federação de Mediterrâneos vivazes, originais e comparáveis entre si", para usar as palavras de Braudel ².

O tempo flui através de uma multiplicidade de ritmos ou durações: o tempo "breve" relacionado ao indivíduo, ao evento, à história factual, o tempo de média duração, dos "ciclos" e "interciclos" relacionados com a história "serial" e "conjuntural". Para além desses "tempos" de "curta" e "média" duração, surge o tempo de "longa duração" relacionado com uma história quase imóvel, que estuda as permanências, ou melhor, os traços culturais estáveis que caracterizam várias gerações em uma mesma região. É a história estrutural.

Nessa história estrutural, Braudel coloca a Geohistória ou o estudo da relação do homem com o meio que o cerca, em um determinado período do passado. Sob este prisma analisa as influências do clima, da vegetação, de animais, de culturas, sobre o homem de uma determinada região, relações estas que permanecem fixas, persistentes, enraizadas, quase estáveis, até que uma revolução ou ruptura venha quebrar este equilíbrio mantido, às vezes, por mais de um século. Dentro desta perspectiva estão enquadrados os estudos dos velhos hábitos de pensar, modos de agir, quadros culturais resistentes, duros de morrer, para usarmos ou termos de Braudel, por vezes contra toda lógica. ³

Como fica o determinismo geográfico nessa relação? Para o historiador, não se deve exagerar nem para mais, nem para menos. "A navegação pelo Mediterrâneo sempre tropeçou no mau tempo, por causa dos perigosos golpes de vento invernal, tão frequentes de outubro a abril, provocados pela passagem das depressões de origem atlântica. Quando surgiu, no Mediterrâneo,

em meados do século XIV, um tipo de navio nórdico grande, redondo e pesado, provocou uma verdadeira revolução e o triunfo da navegação no inverno".⁴

O homem, para Braudel, aparece na intersecção do tempo e do espaço. Encontra-se envolvido por um espaço que o precedeu e que se estende, depois dele, nas infinitas perspectivas da longa duração.

São essas as premissas da novidade conceptual do Mediterrâneo, isto é, uma história estrutural, não no estado puro, mas ligada às outras ciências sociais.

Em entrevista publicada na revista "Veja", de fevereiro de 1981, assim se exprimiu o grande historiador dos "Annales": "Assim como uma boa Geografia significa a Geografia e mais todas as ciências humanas, e uma boa Sociologia a que é enriquecida por todas as outras ciências, a boa História é a História iluminada por todas as outras ciências humanas."

Nesse sentido, propôs para a História estrutural do 19 volume de sua obra maior, o termo Geohistória, um entrelaçado contínuo da Geografia e da História do século XVI no Mediterrâneo, onde as condições físicas se interam com as condições biológicas, sociais e econômicas, para fornecer a idéia de um espaço globalizado, sem fronteiras.

Apesar de ser utilizado ultimamente com certa frequência pelos historiadores, o termo estrutura ainda é empregado com grande variedade de acepções. Para Cardoso e Brignoli, o uso da palavra estrutura em história relaciona-se com as estabilidade econômica, aquilo que, em uma dada economia, só muda muito lentamente.⁵

Braudel, ao formular suas idéias, utiliza o termo em sentido mais amplo, em oposição às conjunturas, isto é, mudanças.

Partidário da integração entre as diversas ciências sociais, converte o meio natural, a geografia, em um elemento atuante da história, coercitivo, às vezes, elemento este que só muda muito lentamente. Assim as interrelações entre as estruturas (permanências) geográficas, econômicas, sociais e po-

líticas de uma determinada área da superfície terrestre, em um certo período histórico, passam a ser seu objeto de estudo, com a finalidade de apreender a realidade histórica de uma certa região em sua totalidade.

Notas

1. BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo.** Vol. I, Publicações D. Quixote, Lisboa, p.25.
2. Idem, 1.ed. espanhola, p.318.
3. BRAUDEL, F. Escritos sobre a História. **Debates**, São Paulo, Ed. Perspectiva, p.51.
4. Idem. **O Mediterrâneo, etc.** 1.ed. espanhola, p.325.
5. CARDOSO & BRIGNOLI. **Os Métodos da História.** Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983. p.58.

TARIFAÇO

Ignacio M. Rangel

Talvez o ponto nevrálgico, por excelência, do Plano Col-
lor 2, seja a pretensão de, numa chocante exibição do que os
juristas chamam de "quantum despoticum", por um lado o Estado
decretar o chamado "tarifaço" e, também por medida atrabiliá-
ria, proibir que os produtores, chamados a arcar com o ônus
implícito, o transfiram para os preços dos próprios produtos.

Isto nos leva ao cerne da presente problemática econômi-
ca brasileira — ineptamente identificado com a inflação, ex-
plorando a credulidade pública —. Nunca será demais insistir
em que a inflação é um epi-fenômeno, refletindo e denunciando
a presença de desarranjo profundo no sistema, desarranjo
expresso na recessão. Como a febre dos enfermos de moléstia
infecciosa, que denuncia — e até combate — a infecção. As-
sim, combater a inflação a golpes de recessão seria como pre-
tendermos combater a febre, injetando nas veias do enfermo
germes vivos idênticos aos causadores da inflação... Perdão,
da febre.

Nossa problemática atual, posta numa casca de noz, orde-
na-se em torno do fato de que, como tantas vezes tem aconte-
cido, surgiu, no seio do sistema econômico uma dicotomia entre

áreas de capacidade ociosa, e áreas de estrangulamento, vale dizer, atividades que cresceram além da demanda efetiva para os seus produtos e, ao contrário, atividades que se deixaram retardar, não podendo engendrar oferta suficiente para a demanda efetiva para os seus respectivos produtos. O que singulariza a presente "crise", em comparação com as precedentes, que comparecem muito regularmente no primeiro quinquênio de cada decênio, são os seguintes fatos:

- a) nossa crise nacional, endógena, a partir do chamado "decênio perdido", desenvolve-se nas condições da fase recessiva do ciclo longo mundial, aberta, muito pontualmente, em 1973;
- b) como áreas de pontos de estrangulamento temos agora, principalmente os serviços de utilidade pública, enquanto, mesmo na indústria de bens de capital, podemos surpreender considerável margem de capacidade ociosa.

Isso posto, a superação da crise deverá resultar da utilização da capacidade ociosa das atividades sem destinação em si mesmas para as "sobras de caixa" que resultariam dessa utilização", para o fim específico de formar capital nos serviços retardatários ou estrangulados. Como aconteceu várias vezes, desde que teve início nosso processo de industrialização.

Isto implica num complexo problema de transferência de "poupança" de certos grupos de atividades, para investí-las nas atividades retardatárias. Ora, desta vez esse problema se apresenta mais complexo do que de outras feitas, pelo fato de chegar-nos complicado por um antigo problema de direito de garantia.

Com efeito, nossos serviços de utilidade pública estavam organizados, ao ter início nosso processo de industrialização — nas condições da Grande Depressão mundial, aberta na "Quinta-Feira Negra" de outubro de 1929, em Wall Street — como concessões de serviços públicos a empresas privadas estrangeiras. A Grande Depressão e, duradouramente, o estreitamento do mercado externo para nossos produtos de exportação, dei-

xaram-nos sem condições de arcar com os ônus implícitos em tal enquadramento institucional, o que nos obrigou, num primeiro momento, a tentar organizar tais atividades — como **serviços públicos de administração direta** do Estado, dependentes, portanto da disponibilidade de sobras orçamentárias.

Ora, os limites de tal esquema não tardaram a ser encontrados, de modo que fomos obrigados a alargar as bases financeiras dos serviços — o que foi feito pela conversão destes em concessões de serviços públicos a empresas públicas. Nos trinta anos do período 1956-86, no caso do serviço de eletricidade — que conheço melhor, por ter sido eu o relator dos quatro projetos de lei orientados para a criação da Eletrobrás, na equipe criada pelo Presidente Vargas, para esse fim, em 1953, em sua assessoria econômica — nossa produção passou de 15.396 milhões de kWh, para 192.732 milhões. 12,5 vezes, portanto, ou 8,8 por cento ao ano.

No mesmo período, o crescimento mundial da produção de eletricidade foi de 6,8 vezes (de 1.469.000 milhões de kWh, para 9.962.000 milhões); o da URSS, 8,3 vezes, o dos EUA, 4,3; o do Japão, 7,6. Na América Latina, somente o México aproximou-se do nosso desempenho, com um crescimento de 11,9 vezes. Em resumo, foi satisfatório o enquadramento institucional que demos a esse serviço, nos anos 50.

A concessão de serviços públicos a empresas públicas libertava os serviços da estrita dependência do orçamento do Estado, permitindo-lhes levantar recursos a crédito, dentro e fora do país, à base da garantia representada pelo aval do Tesouro. Entretanto, ficava vedado a ditos serviços o recurso à garantia hipotecária. — Com efeito, sendo os devedores serviços públicos, somente o Estado podia ser o tomador dessa garantia e, sendo a empresa pública, ela própria, Estado, teríamos o contrassenso do mesmo Estado hipotecando seus bens a si mesmo.

Aqui esbarramos nós, com o resultado, precisamente, dessa crise que aí está. O recurso ao aval do Tesouro persistiu como a única forma eficaz de garantia e, esgotando-se as forças do aval, o custo do capital não podia senão elevar-se, até, como

é nosso caso atual, termos um custo do capital incompatível com qualquer tarifa.

Com efeito, sendo os serviços de utilidade pública, como regra geral, unidades produtivas de elevadíssima razão capital: produto, não admira que o lucro legal — cujo fundamento é precisamente o custo do capital, ou seja, a taxa vigente de juros — seja o item decisivo das tarifas dos ditos serviços. Donde se infere que não há solução para o problema, que não passe pela modicidade do custo do capital, o que, na espécie, implica em regeneração da hipoteca e, visto como esta está virtualmente fechada para os concessionários públicos de serviços públicos, a privatização destes se impõe.

Uma vez privatizados os serviços — isto é, convertidos estes em concessões de serviços públicos a empresas privadas (o que não lhes tira a condição de serviços públicos, e confere ao Estado novas funções) o concessionário privado poderá oferecer, ao Estado — o único tomador possível — a hipoteca dos seus bens duráveis comprometidos na prestação dos serviços. O Estado, assim, poderá, em troca dessa hipoteca, oferecer ao concessionário devedor o aval do Tesouro. Não o aval desgastado atual, mas um novo aval, hipotecariamente lastreado, isto é, forte. O resultado final será a modicidade do custo do capital e, portanto, do lucro legal, item decisivo do custo dos serviços e, portanto, do seu preço, isto é, da tarifa.

A simples elevação da tarifa, de modo a cobrir com ela o custo presente do capital — e esta é a única justificativa plausível do "tarifaço", a nada pode conduzir. Em última instância, estariam supondo inexistente o problema que queremos resolver, o que não passa de uma clássica aberração lógica.

ESTAGFLAÇÃO E INFLAÇÃO

Ignacio M. Rangel

Pouco a pouco nos vamos capacitando de que a estagflação — a "stagflation" da língua inglesa, combinação da estagnação com a inflação — nada tem de esdrúxula. Ora, deveríamos forjar um neologismo para significar a combinação, tão nossa conhecida, entre a retomada do desenvolvimento e uma relativa estabilização monetária, vale dizer, uma queda mais ou menos acentuada da taxa de inflação. Trata-se, nada menos, do que a recíproca da estagflação. — Como combinaríamos os termos **retomada** e **expansão**, por exemplo? — Deixemos isso para os povos da língua inglesa. Nossa língua latina é pouco propensa a criações desse tipo. Guardemos apenas o fato de que alguns dos antigos manuais estão errados ou, pelo menos, não respondem a nossa problemática moderna.

Em meu opúsculo "Economia: Milagre e Anti-Milagre" (Zahar, 1985 e 1986) compús um gráfico que registra, em nossa experiência brasileira, a funcionalidade mútua das variáveis taxa de inflação e taxa de crescimento econômico, representado este pelo comportamento do produto industrial, no quartel do século 1958-83. Chega a ser elegante a maneira como as curvas respectivas se entrecortam.

Não nos devem faltar econométristas que refinem o tratamento que dei à matéria. Por exemplo, que comparem as taxas de inflação com as taxas de variação do PIB, e não do produto industrial; que trabalhem com outros indicadores da taxa de inflação; que operem com outros indicadores, e não com a média trienal móvel; que estendam a comparação, no tempo, para diante e para trás; etc. Em especial, seria bom examinarmos como se comportaram essas variáveis, nas condições criadas pelos quatro planos de estabilização, inclusive o Plano Brasil Novo, recém — substituído pelo Plano Collor 2, pelos quais, sem maior sucesso, até agora, tentamos domar nossa inflação, arbitrariamente posta na posição de causa eficiente de todos os nossos males — inclusive, como propuseram há pouco os colegas do IBGE, do nosso cabuloso esquema de distribuição da renda. — Como se o rabo do cachorro abanasse o dito, e não o contrário, como teimosamente pretendem ainda as pessoas de bom senso.

Não tomei interesse pessoal por esses exercícios econômétricos, por me parecerem inessenciais, e por não me considerar, eu próprio, como econométrista. Em especial, parece-me pouco proveitosa a substituição, no quadro, do produto industrial, pelo Produto Interno Bruto ou PIB. Isto nos forçaria a complicados artifícios estatísticos, inclusive substituindo a simples média trienal móvel por médias encompassando prazos mais longos, para desmarcar a deformação introduzida no PIB pelos serviços, pelo menos em prazos curtos. Por exemplo, as estimativas preliminares do IBGE para o comportamento da economia brasileira, em 1990, deixam-nos com uma queda do PIB de 4,4 por cento, para uma queda da produção industrial de 7,9 por cento e da agropecuária, de 4,1. Isso, porque os serviços, como de hábito, reagiram mais preguiçosamente, declinando em apenas 0,6 por cento no mesmo lapso de tempo. — E não se trata de uma peculiaridade da economia brasileira, digamos de passagem.

O caso é que a taxa de inflação reage muito ativamente às mudanças conjunturais — num e noutro sentidos, isto é, tanto por efeito da recessão, como da retomada —. O Plano Brasil Novo estaria certo se não trocasse os sinais da correlação,

atribuindo à recessão o papel de fator anti-inflacionário, em vez de abertamente inflacionário.

Ao primeiro exame, a estagflação e sua recíproca — a exacerbação da inflação nos períodos de recessão e a desaceração, nos períodos de retomada — seriam abertamente contrários à lógica mais elementar. Com efeito, com a recessão, declina a demanda global do sistema; aumentando a mesma demanda, com a retomada. Assim, uma exacerbação da inflação, nas condições de contração da demanda e vice-versa, nas condições de reativação da demanda, com a retomada, pode parecer um contrassenso. — Precisamente isso é provável que tenham pensado os autores do Plano Collor —.

Ora, esse aparente contrassenso se desfaz quando examinamos as condições concretas que cercam o processo. Com efeito:

Em primeiro lugar, o que deve importar não deve ser somente o comportamento da variável **demanda global**, mas o comportamento da **razão oferta e demanda globais**;

Em segundo, devemos interessar-nos pelos efeitos da mudança conjuntural — recessão e retomada — sobre os custos unitários dos produtos.

Se a demanda global declina, mas em condições que tragam um declínio maior ainda da oferta, tudo se passaria como se, na verdade tivéssemos tido uma expansão — não uma contração — da demanda. A exacerbação da inflação, nessas condições, não seria nenhum contrassenso. Ao contrário, estaria de acordo com o que ensinam os manuais, desde que saibamos lê-los com é mister. E, precisamente, é isso o que acontece, vale dizer, uma contração da **razão oferta demanda**, quando a economia entra em recessão. Esta, com efeito, ordinariamente reflete o estreitamento das oportunidades de inversão, o que leva o empresário — se é um verdadeiro empresário, e não um tolo, a desinteressar-se pela formação de caixa, trazendo esta última ao nível das oportunidades de inversão no seu horizonte.

Assim, o desinteresse pelas sobras de caixa — sejam as resultantes da atividade produtiva da própria empresa, sejam as oriundas da captação de recursos de terceiros — irá re-

percutir sobre o volume da oferta global do sistema. E não deve causar nenhuma surpresa se, com isso, os custos unitários se elevem, no sistema econômico como um todo.

Com efeito, todo projeto conduz a unidades produtivas que devem operar com custos fixos e custos variáveis. No caso de recessão, estes últimos, refletindo, a contração da atividade produtiva, contrair-se-ão, proporcionalmente, ou mais ou menos que proporcionalmente, mas o mesmo não deve acontecer com os itens de custo fixo. Estes, simplificarmente, executado o projeto, estão dados, para qualquer que seja o nível da utilização da capacidade produtiva criada, o que quer dizer que, por cada unidade de produto, o peso dos custos fixos deverá elevar-se, no caso de recessão, vale dizer, de contração da produção da empresa; ou declinar, no caso oposto, isto é, de retomada.

Feitas as contas, também sob este ponto de vista não teremos por que entrar em conflito com os manuais. Trata-se, simplesmente, de lê-los como é mister, e de investigar, sem preconceitos, as condições concretas de operação do sistema econômico de que se trate.

O KONDRATIEV E O JUGLAR

Ignácio M. Rangel

Já é tempo de que nós, os economistas, voltemos a considerar a teoria dos ciclos econômicos como coisa séria — não como mera ilusão estatística —. Afinal de contas, essa teoria pode ajudar-nos a entender melhor coisas importantes — inclusive fatos tão pouco irrelevantes como as guerras, não somente as mundiais, como também as "experimentais", como essa incrível "Guerra do Golfo", em que virtualmente todo o Primeiro Mundo, "enfrenta" um país tércio-mundista de menos de vinte milhões de habitantes. No Primeiro Mundo, quem não se prontifica a combater, paga, como o Japão e a Alemanha Ocidental, tributos ao país líder do imperialismo — os Estados Unidos —. A "Guerra do Golfo" mal terminou, com o cessar fogo de quinta feira — se é que terminou — e já as "midia" internacionais nos dão conta de movimentos de tropas norte-americanas no Paralelo 38, isto é, entre as duas Coréias.

Somente de passagem, observemos que o imperialismo, sob o comando norte-americano, perdeu todas as guerras experimentais do presente período inter-macro-bélico — salvo as de Granada e do Panamá — e engolem essas derrotas de "muy mala gana", especialmente as da Coréia e do Vietnam, que não deram

para disfarçar. Essa absurda "Perestróika", com o metódico desmantelamento da economia socialista mundial, é um óbvio convite a aventuras militares que, pela ordem natural das coisas, tendem a desembocar na Terceira Guerra Mundial propriamente dita. — Digo "propriamente dita", visto como todas as guerras de nossa época são incidentes do conflito mundial, entre os únicos contendores possíveis: o imperialismo e o socialismo. Assim serão estudadas no futuro. Se houver futuro, é claro.

No próximo dia 21 de junho completar-se-á meio século, desde a invasão da União Soviética por Hitler. Comparativamente com as batalhas que se seguiram, tudo o que havia acontecido antes não passou de meros ensaios, para provar a eficiência das armas nazistas. Ora, meio século é o lapso convencional de um Ciclo Longo, ou Ciclo de Kondratiev e, mesmo admitindo, com Marx, que a história, a rigor, não se repete ou, quando parece fazê-lo, traz-nos como farsa o que antes foi tragédia, não podemos fechar os olhos às sugestivas analogias entre 1941 e 1991.

Isolando, para fins de análise, o período 1958-88 — encompassando os três lustros finais da fase "a", ou próspera, do 4º Ciclo de Kondratiev, e os três lustros iniciais da fase "b", ou recessiva, do mesmo ciclo — encontraremos, muito pontualmente a transição indiscutível entre as duas fases, no ano de 1973. Assim como a morte, que sempre traz desculpa, essa transição foi marcada pela "Crise do Petróleo", a qual não passou, afinal, de mero incidente do 4º Ciclo Longo.

Tomando por base a produção industrial — a série mais encontradiça e representativa, nas estatísticas da ONU — temos que as taxas de crescimento do Mundo (que, nessas estatísticas, não inclui, nem a R.P. da China, nem a Coreia do Norte, nem o Vietnam) foram, respectivamente (1958-73 e 1973-88), 7,03 e 2,70, em médias anuais; as do Mundo Capitalista, 6,30 e 2,13; as do Mundo Capitalista Desenvolvido (o Primeiro Mundo), 6,10 e 2,06; as dos Estados Unidos, 5,46 e 2,40; as da América Latina s/ Brasil, 5,20 e 3,36; as do Mercado Comum Europeu, 5,36 e 1,50; as do Japão, 13,60 e 3,36; as do COMECON

(agora extinto), reunindo a Europa Oriental e a União Soviética, 9,29 e 4,83; as da URSS, 8,50 e 4,59.

Outros resultados apontam, em geral, no mesmo sentido, embora possamos encontrar exceções interessantes em certos países, especialmente asiáticos — como a R.P. da China, as Filipinas, a Coreia do Sul, o Vietnam, a Índia — os quais, no presente ciclo, parecem estar repetindo as experiências da União Soviética e do Brasil, na fase "b" do 3º Kondratiev, que encontraram meios de, fugindo à regra geral, desenvolverem-se vigorosamente. Nesses países, tudo se passa — ou se passou — como se a vaga cíclica mundial, ao quebrar-se em suas praias, tenha mudado de sinal, isto é, como se, em vez de passarem, como o Resto do Mundo, à fase "b", estivessem ingressando na fase "a".

No caso brasileiro, a explicação encontrada foi que nós entramos a desenvolver nos quadros da industrialização substitutiva de importações, que recebeu seu impulso inicial precisamente do fechamento dos mercados externos para nossas exportações, fechamento esse relacionado precisamente com a fase "b" do Ciclo Longo. E, feitas as contas, a prosperidade soviética trazida pelos primeiros Planos Quinquenais, foi, também, resultado de um esforço industrial de substituição de importações, o qual, guardadas as discrepâncias notáveis, foi também um processo de substituição industrial de importações.

Esses movimentos da economia mundial, da nossa própria economia brasileira e das economias socialistas — estas também submetidas à vaga cíclica mundial, ao contrário do que muitos supunham — têm sido estudados, inclusive por mim (V. ensaio "O Quarto Ciclo de Kondratiev", in "Revista de Economia Política", São Paulo, vol. 10, n. 4, out. 1990), e já é tempo de que investiguemos se, também desta vez, nos quadros do Ciclo Longo, não poderemos surpreender movimentos de prazo mais curto, como os estudados pelo economista francês Clement Juglar.

Para esse efeito, procedi ao desdobramento do que já vai da fase "b", do presente Ciclo de Kondratiev, em "tranches" trienais, e, efetivamente, verifiquei que o triênio 1979-82

marca o "fundo do poço" depressivo de um movimento aproximadamente decenal, que parece classificável com Ciclo de Juglar. Assim é que a média trienal da produção industrial do Mundo registrou valores negativos em muitos países e regiões, ou, em todo caso, menores que os da fase "b" em seu conjunto.

Assim é que a média trienal foi, para o Mundo, de -1,4 por cento ao ano; para o Mundo Capitalista, de -2,1; para o Mundo Capitalista Desenvolvido, de -1,5; para a América do Norte, de -3,7; para os Estados Unidos, de -2,4; para o Mercado Comum Europeu, de -1,2; para o Brasil, de -0,9. Outros países e regiões não chegaram a taxas negativas, mas registraram taxas bem mais baixas do que a média dos três lustros recessivos cobertos. Com efeito, a América Latina e Brasil, 3,88/3,50; o Japão, 3,36/1,7; a União Soviética, 4,59/3,50, etc.

Na depressão juglariana, localizada, muito regularmente no 3º triênio da fase "b" do 4º Kondratiev, devemos buscar subsídios para o estudo do chamado "decênio perdido" — o qual, como se pode facilmente inferir desses dados, não foi um fenômeno privativo do Brasil atribuível a eventuais "erros" deste ou daquele governo, ou deste ou daquele "planejador" de plantão. Foi um fenômeno obviamente mundial —.

Tomando por base o PIB, esse "fundo do poço" do nosso último Juglar brasileiro pode situar-se um ano mais adiante, segundo os dados já conhecidos, isto é, no triênio 1980-83, que registrou a taxa média de -2,35 ao ano. Ou, por habitante, -5,77.

O sexênio 1983-89, registrou, por toda parte, uma retomada, enquadrável na flutuação juglariana, que amenizou o movimento recessivo de longo prazo. No Brasil, voltando aos dados conhecidos do PIB, tivemos, no período, um crescimento de 30,95 por cento, o que nos deixa com a taxa média anual de 4,60 — ou 2,36 per capita.

Entretanto, o final do decênio — o "decênio perdido" — voltou a ser recessivo, com uma queda, em 1990, de -4,00, ou -6,30 por cento, por habitante. Ora, as notícias que come-

çam a chegar do Resto do Mundo não parecem prometer nada de melhor. Mero sintoma disso é a notícia de que a Alemanha Oriental, empurrada de volta ao capitalismo pela Perestróica, está provando, deste, o lado mais amargo, ou mais podre, com um desemprego de 3 milhões, num país de 16 milhões de habitantes, virtualmente sem experiência de desemprego.

- Dar-se-á que estejamos entrando noutra triênio depressivo, como o de há dez anos, e numa época sugestivamente perigosa, como esta em que se completa o lapso de um Kondratiev, a contar da última Guerra Mundial?

A UNIÃO SOVIÉTICA E GORBACHEV**

Armen Mamigonian

Assim como Goebels, ministro da propaganda hitlerista, havia descoberto que a mentira repetida milhares de vezes se torna verdade, vivemos atualmente uma fase de euforia propagandista do capitalismo: o socialismo está morrendo, estatização já era, direita e esquerda civilizada querem a mesma coisa, etc. Na América Latina, por exemplo, os países que se submeteram ao FMI e que entraram em profunda estagnação, com milhões de desempregados, como o México, a Argentina, o Peru, etc., são citados como modelos de uma nova modernidade. E o Brasil, que desde Collor, segue a cartilha do Fundo, mas com resistências da sociedade, deve assumir, segundo a mesma propaganda, mais recessão, para poder se modernizar. É a versão econômica do castigo religioso ou do óleo de rícino fascista.

No período depressivo 1920-48 o mundo viveu a brutalidade da experiência fascista, que a partir da Alemanha, Itália e Japão, tentou escravizar a humanidade, provocando uma guerra brutal (1939-45), com milhões de mortos. E se isso não bastasse os EUA iniciaram em 1945 a guerra fria, ao jogarem sobre

*Publicado no Jornal "O Estado" (SC) de 28 de julho de 1991.

Hiroshima e Nagasaki bombas atômicas sobre centenas de milhares de vítimas inocentes, visando intimidar a URSS, a grande vitoriosa da luta antifascista. Ora, desde 1973, com o novo período depressivo mundial, se retoma um novo tipo de fascismo, sob capa neoliberal, liderado pelos EUA com política econômica depressiva, milhões de desempregados, queda dos salários dos trabalhadores, conservadorismo político e moral, guerras coloniais brutais. Já no Vietnã os EUA haviam matado 4 milhões de pessoas. A recente destruição de Bagdá, com métodos eletrônicos, a pretexto de salvar o Kuwait, é o último exemplo. Onde esteve Gorbachev neste episódio? Dando cobertura às atitudes criminosas de Bush. Só quando o general Schwarzkorf ameaçou estender a guerra a todo o território iraquiano, vale dizer até a fronteira soviética, é que Gorbachev, sob pressão do exército vermelho, resolveu endurecer o jogo e participar ativamente da cena política do Oriente Médio.

Assim, os recentes acontecimentos políticos da URSS, inclusive o atual Congresso do PCUS, passam pela mesma ótica propagandística capitalista. Gorbachev e Yeltsin, dois populistas pró-ocidentais, são elevados a arautos da modernização. Na verdade eles propõem o desmantelamento do planejamento socialista e sua substituição pela economia de mercado, pela privatização, pela política de pires na mão frente aos bancos ocidentais. Trata-se de um exemplo típico de apostasia, na brilhante observação de Ignácio Rangel, lembrando a tentativa do imperador Juliano de abandono do cristianismo vitorioso e sua substituição pelas idéias helenísticas já ultrapassadas. O restabelecimento episódico da monarquia absoluta na Inglaterra pós-revolução puritana ou na França pós-revolucionária são outros exemplos semelhantes. Mas não duraram muito tempo.

É preciso não esquecer que no período 1930-1980 a URSS, o Japão e o Brasil foram as economias que mais cresceram no mundo. Mas as experiências soviética exagerou a dose de ditadura e de burocracia na construção do socialismo, adotando por exemplo, o marxismo como religião oficial. Pelo mesmo tipo de equívoco, os Gorbachev pretendem jogar fora a herança de Marx, esquecendo-se que os maiores intelectuais não marxistas do

Ocidente (P. Mantoux, M. Weber, F. Braudel, para citar cientistas sociais), dialogaram permanentemente com ele, muitas vezes sem coragem de explicitar. Ora, os Gorbachev e os Yeltsin são originários da parcela da burocracia stalinista que se aproveitou dos privilégios e que agora cospem no prato em que comeram. Se a burocracia soviética teve sua utilidade, mesmo tendo se descolado dos interesses dos operários, ela quer atualmente impôr uma nova política econômica para continuar dominando, à medida em que foi se tornando parasitária.

Na verdade, a crise na União Soviética resulta, em grande parte, da resistência operária às décadas de propaganda de um "paraíso" futuro, paralelamente à realidade de consumismo à moda ocidental desta mesma parcela burocrática, que não consegue convencer os operários a trabalhar contra a vontade. Assim, ela pretende impôr, a pretexto de modernização, uma política de desemprego maciço, que enfraqueça o operariado soviético, para poder forçá-lo a trabalhar.

Aos operários soviéticos interessa a auto-gestão das fábricas, o planejamento econômico, a introdução da automação industrial que diminua a jornada de trabalho, a manutenção de um exército poderoso, pois o imperialismo virou social-democracia fascistóide, mas não acabou.

URSS: A ERA YELTSIN

Armen Mamigonian

Yeltsin solicitou à ex-premier da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher presidir uma comissão médica internacional de exame da pretensa doença de Gorbachev. O assessor militar de Yeltsin, general Konstantin Kobets defendeu "absolutamente o princípio de que todos os autores do golpe devem ser fuzilados". Fim do golpe amplia espaço de influência de Washington no mundo. Ao longo das horas em que resistiu ao golpe, Boris Yeltsin teve como interlocutor privilegiado o presidente Bush. Moscou ampliará pedido de ajuda externa, em troca de maiores concessões ao Oriente. A radicalização da reforma econômica, que marcará a "era Yeltsin" causará o fechamento de milhares de empresas, haverá maciço desemprego. Instituições financeiras, como o FMI, exigirão programas de austeridade. Yeltsin anunciou que a Rússia substituiu a bandeira vermelha por uma branca, azul e vermelha, semelhante a da Rússia czarista, e ordenou a dissolução das organizações comunistas nas Forças Armadas soviéticas estacionadas em território russo.

O que significa a "era Yeltsin" que se inicia na URSS? As notícias acima transcritas dos jornais de quinta e sexta-feira dão conta das tendências que deverão marcar a evolução da URSS

*Publicado no Jornal "O Estado" (SC) de 25 de agosto de 1991.

GEOSUL, nº 10 - Ano V - 2º semestre de 1990.

nos próximos meses. Assim como a revolução puritana inglesa (1640-49), que decapitou o rei, foi seguida de uma restauração monárquica absolutista, que mais tarde foi substituída pela monarquia parlamentar imposta pela revolução gloriosa (1688), a revolução soviética, que transformou o mundo no século XX, corre o risco de restauração do capitalismo, não militarmente como tentaram os intervencionistas após 1917 e Hitler em 1941, mas de dentro para fora, pela ação de setores ocidentais da burocracia privilegiada, que abrem mão dos avanços gigantescos conquistados pela sociedade soviética, inclusive os instrumentos de planejamento, em favor do que chamam "economia de mercado", que os apologistas do capitalismo denominam gloriosamente "livre iniciativa", A. Smith chamou de "mão invisível", mas Marx caracterizou agudamente como anarquia da produção. Trata-se de mais um caso de apostasia, como tem apontado brilhantemente Ignácio Rangel, para lembrar a tentativa do imperador Juliano de abandonar o cristianismo vitorioso e substituí-lo pelas idéias helenísticas e mitológicas ultrapassadas. Agora trata-se de abandonar as idéias vitoriosas do marxismo, em favor das idéias caducas do capitalismo ("cada um por si e Deus contra todos" no dizer de Mário de Andrade), como o supra-sumo da história, num movimento defensivo e de profundo complexo de inferioridade destes restauradores pragmáticos.

A propaganda capitalista "esquece" de dizer que URSS, Japão e Brasil foram os países que mais cresceram no mundo no período 1930-80, enquanto na crise dos 30 EUA e Europa Ocidental caíram em profunda depressão. Mas como assinalou Kondratieff não se tratava de crise geral do capitalismo, como pretendia Lênin e sim um movimento cíclico. As partes centrais do capitalismo estavam em conjuntura depressiva, que poderia ser seguida de conjuntura expansiva (como ocorreu no pós-guerra), seguida por sua vez de nova conjuntura depressiva, desde 1973. Agora também não se trata de crise geral do socialismo, pois as estatísticas econômicas mostram que no período 1980-90, a década perdida para a América Latina controlada pelos EUA, a China comunista foi o país que mais cresceu no mundo, a taxas anuais de 10% ao ano, quando o Japão não alcançou 4%.

Na verdade a URSS, como o Ocidente após 1973, passou a viver um período depressivo após 1980 e não estava preparada teoricamente para enfrentá-lo, pois as idéias de ciclos econômicos haviam sido abandonadas, aliás também no Ocidente. Trata-se de superar o processo de acumulação socialista, que tinha sido semelhante ao processo brasileiro de substituição de importações, por um novo modelo de acumulação, baseado na automação e conseqüente diminuição da jornada de trabalho, introdução de autogestão nas unidades produtivas e conseqüente democratização socialista. Entretanto, a sociedade civil soviética foi enfraquecida pela burocracia, a mesma que produziu os Gorbachev e Yeltsin populistas, desde a derrota da oposição operária, conforme assinalou Alexandra Kolontai, que provocou a perda de autonomia dos sindicatos e dos soviets. Durante a década de 20 a efervescência política e cultural que tinha dado origem a Eissenstein, Kondratieff, Maiakowski, Stanislaski, Chagall, etc foi substituída pela camisa de força do marxismo como religião oficial, que é substituído pelos jeans, Mc Donald, Coca-Cola, etc.

Entretanto a URSS se modernizou aceleradamente e não foi o general inverno que ganhou a segunda guerra mundial como pretende a propaganda capitalista, mas o poder soviético, armado dos tanques e aviões mais eficientes da época. Hoje, cidades de um milhão de habitantes possuem metrô modernos, a indústria aeroespacial soviética é mais avançada que a americana, assim como vários inventos tecnológicos revolucionários do pós-guerra saíram dos laboratórios soviéticos lingotamento contínuo na siderurgia p.ex. Assim sendo, se estes avanços foram feitos com excesso de brutalidade, não serão as políticas de abandono do planejamento, a privatização, o desemprego de milhões de trabalhadores soviéticos, a pretexto de modernização, que superarão a crise, como a política recessiva na Alemanha Oriental, na Polônia, etc tem demonstrado. Como no Brasil collorido também.